



RESOLUÇÃO

Em defesa de salários dignos, contra a brutal ofensiva aos trabalhadores da Administração Pública

O Orçamento de Estado para 2014 aprovado na Assembleia da República, é mais uma peça na máquina de empobrecimento colectivo, e em particular dos trabalhadores e do povo, em que se transformou este governo PSD/CDS-PP.

Em dois anos e meio de governação, os resultados económicos da coligação PSD/CDS-PP estão à vista: o produto interno bruto caiu 5,8 por cento; o investimento caiu 24,5 por cento; o consumo das famílias caiu 9,1 por cento; o consumo público caiu 8,9 por cento e a procura interna caiu 12,4 por cento.

Neste período, o País recuou mais de uma década: foram destruídos 400 mil empregos, os salários reais caíram em média 15 por cento e a taxa de desemprego real aproxima-se dos 25 por cento, com mais de um milhão e 400 mil desempregados e uma vaga de emigração sem precedentes na história da democracia, com mais de 150 mil portugueses a serem forçados a procurar lá fora aquilo que este governo lhes nega cá dentro - um emprego digno para poderem viver.

Mais cortes, mais pobreza, é a lógica do governo PSD/CDS-PP. Apesar da insuportável redução do poder de compra verificada nos últimos anos, o governo continua apostado numa estratégia de empobrecimento que parece não conhecer limites.

Assim, o orçamento do Estado para 2014 impõe cortes acrescidos nos salários, reformas e pensões da Administração Pública, que atingirão perto de um milhão de portugueses, assim como introduz impostos especiais sobre o consumo e prevê o aumento da taxa audiovisual que afectará todas as famílias.

A partir de 1 de Janeiro mais de 600 mil trabalhadores do sector público viram as suas remunerações reduzidas entre 2,5 por cento, e 12 por cento, consoante se trate de salários iguais ou superiores a 675 euros ou a dois mil euros, respectivamente.

Estes cortes, segundo números do próprio governo, abrangem cerca de 81 por cento dos actuais trabalhadores do sector público; apenas são poupados os salários inferiores a 675 euros brutos, ou seja, cerca de 145 mil trabalhadores dos escalões mais baixos. No entanto, todos serão penalizados com novos aumentos das participações para a ADSE.

Tudo isto se verifica no plano nacional, porém, e no plano local, os trabalhadores do Município de Barcelos também se mostram apreensivos, com a recente decisão da Câmara Municipal de Barcelos em criar uma Régie Cooperativa que irá substituir as duas Empresas Municipais entretanto extintas.

Tal decisão seria mais viável e lógica se o Município de Barcelos optasse pela internalização das Empresas pois garantiria a manutenção de todos os postos de trabalho. Ao invés, optou pela criação de uma Régie Cooperativa que não dá garantias de integração de todos os trabalhadores.

Assim, os trabalhadores do Município de Barcelos, reunidos em Plenário em 12.03.2014, decidem lutar em defesa dos seus direitos:

- Pelo direito às 35 horas, 7 horas diárias e afixação de horários efectivos;
- Pela publicação dos Acordos Colectivos (ACEEP);
- Contra os cortes nos salários, o agravamento da exploração e o empobrecimento dos trabalhadores;
- Pelo emprego com direitos, contra a precariedade e os despedimentos;
- Pela manutenção do emprego e o direito ao trabalho de todos os trabalhadores das Empresas extintas pelo Município de Barcelos;
- Pela actualização dos salários, com um aumento nunca inferior a 30 euros (1 euro/dia) e devolução do que foi roubado;
- Pela efectivação do direito de negociação colectiva em todos os sectores, incluindo Bombeiros, Sector Empresarial Local e Administração Pública Local;
- Em defesa das Funções Sociais do Estado e dos Serviços Públicos: Saúde, Segurança Social, Educação, Água e Ambiente (Saneamento e Resíduos);
- Pelo direito a uma aposentação digna após uma vida de trabalho e contribuições.

Barcelos, 12 de Março de 2014

O Plenário de Trabalhadores